

AUTOADVOCACIA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INSERIDAS NO MERCADO DE TRABALHO

SELF-ADVOCACY OF PEOPLE WITH DISABILITIES INSERTED IN THE LABOR MARKET

Luana Fernandes de JESUS¹

Maewa Martina Gomes da Silva e SOUZA²

Simara Pereira da MATA³

Resumo: Para minimizar as barreiras sociais encontradas pelas pessoas com deficiência, destaca-se a importância que a educação possui em relação à transformação da realidade desses sujeitos, sobretudo acerca das questões que envolvem a superação dos inúmeros quadros de desempoderamento. Assim, o presente estudo teve como objetivo descrever o perfil de pessoas com deficiência inseridas no mercado de trabalho, bem como analisar a trajetória educacional e profissional desses sujeitos. Participaram do estudo três colaboradores com deficiência, sendo eles: um participante com deficiência visual, um participante com deficiência física e um participante com deficiência múltipla. Para essa pesquisa qualitativa de natureza descritiva foram realizadas entrevistas tendo como instrumento um roteiro semiestruturado. Os resultados indicaram que a inserção e participação ativa dessas pessoas no mercado de trabalho constituiu-se como um fator positivo no processo de desenvolvimento de habilidades de autoadvocacia.

Palavras-chave: Autoadvocacia. Pessoas com deficiência. Mercado de Trabalho.

Abstract: To minimize the social barriers encountered by people with disabilities, the importance that education has in relation to the transformation of the reality of these subjects is highlighted, especially regarding the issues that involve overcoming the numerous situations of disempowerment. Thus, the present study aimed to describe the profile of people with disabilities in the job market, as well as to analyze the educational and professional trajectory of these subjects. Three employees with disabilities participated in the study, namely: a visually impaired participant, a physically impaired participant and a multiple disability participant. For this qualitative research of a descriptive nature, interviews were carried out using a semi-structured script. The results indicated that the insertion and active participation of these people in the labor market constituted a positive factor in the process of developing self-advocacy skills.

Keywords: Self-advocacy. People with disabilities. Labor Market.

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que ao longo do tempo, e ainda na atualidade, as pessoas com deficiência são consideradas pela coletividade, sujeitos desviantes, por apresentarem diferenças consideradas incapacitantes.

¹ Mestre em Educação. Universidade Estadual Paulista – UNESP. E-mail: luanafernandes.jesus@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2809-2037>

² Doutora em Educação. Universidade Estadual Paulista – UNESP. E-mail: maewa.martina@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4322-3100>

³ Doutoranda em Educação. Professora da Educação Básica no município de Rio Claro/ SP. E-mail: simaraps@yahoo.com.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9178-3749>

<https://doi.org/10.36311/2358-8845.2022.v9n1.p11-26>



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.

Em contrapartida, com o movimento inclusivo, cada vez mais as sociedades vêm se conscientizando de que essas pessoas para além das limitações impostas pelas deficiências possuem condições de se desenvolver e ter uma vida ativa e autônoma.

Desse modo, a partir do rompimento da atribuição de incapacidade, abrem-se as possibilidades de minimização e até mesmo da superação das barreiras encontradas pela pessoa com deficiência.

Para tanto, a pessoa com deficiência deve ser empoderada para ter consciência da sua condição social e desse modo ter as ferramentas para conquistar melhores condições de vida. Contudo, para que a emancipação das pessoas com deficiência se concretize, a educação desses sujeitos não pode ser esvaziada de sentido, muito menos desprovida de intencionalidade, a qual manifesta-se em práticas que valorizam a repetição de ações que supostamente constroem competências.

Segundo Mota Rocha e Oliveira (2017, p. 4):

Relevante função social da escola contemporânea é a construção de uma formação crítico-emancipatória, o que pressupõe conceber e atuar na educação como ação política envolvendo a apropriação de diversas estratégias de inserção social/escolar: afetivas, culturais sociais, estéticas e metacognitivas, importante condição para a ressignificação de subjetividades.

Nesse sentido, há a necessidade em se abordar conceitos que buscam pensar nessa educação libertadora que pode ser a chave para a tomada de consciência de sujeitos livres e autônomos, sendo eles o conceito de autoadvocacia.

No que se refere à autoadvocacia, ressalta-se a necessidade de dedicar certa atenção e cuidado na abordagem conceitual. Sendo assim, abordar tal conceito significa mais do que dizer em autodefesa ou ser advogado de si próprio. Representa dizer que a autoadvocacia concebe a capacidade do sujeito em falar ou agir por si mesmo, escolhendo o que é melhor para si e assumindo a responsabilidade de consegui-lo (DANTAS, 2014).

Dessa forma, pretende-se então romper com o ciclo de desempoderamento que acomete as pessoas com deficiência ao tornar audíveis as opiniões, escolhas e pensamentos dos sujeitos emudecidos socialmente e dando-lhes a possibilidade de obterem a vivência da autonomia, não dependendo exclusivamente de terceiros e se tornando autores de suas próprias vidas (DANTAS, 2014).

Nesse sentido o presente estudo teve como objetivo descrever o perfil de pessoas com deficiência inseridas no mercado de trabalho, bem como analisar a trajetória educacional e profissional destes participantes com base nos conceitos de autoadvocacia, empoderamento e inclusão social.

1 MÉTODO

1.1 PARTICIPANTES

Participaram do estudo três sujeitos, todos funcionários públicos municipais de uma cidade do interior do Estado de São Paulo.

No Quadro 1, é possível encontrar a caracterização de cada um dos participantes.

Quadro 1 – Perfil dos participantes segundo o gênero, idade e tipo de deficiência

PARTICIPANTE	GÊNERO	IDADE	DEFICIÊNCIA
P1	Feminino	28 anos	Deficiência Física (osteogênese imperfeita)
P2	Masculino	51 anos	Deficiência Visual (cegueira)
P3	Masculino	30 anos	Deficiência Múltipla (deficiência física e visual / cegueira)

Fonte: Elaboração própria.

2.2. MATERIAL

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os participantes com base em um roteiro previamente elaborado cujas questões estavam relacionadas às características pessoais, à trajetória escolar, ao mercado de trabalho e a atuação profissional, autoadvocacia, empoderamento e inclusão social e a expectativas futuras.

O roteiro foi elaborado e enviado a juízes (MANZINI, 2003) que eram experientes em entrevistas semiestruturadas. Após as considerações feitas pelos juízes, chegou-se à versão final do roteiro que ficou composto de cinco eixos temáticos: 1- características pessoais; 2 – trajetória escolar; mercado de trabalho e atuação profissional; 3 - autoadvocacia, empoderamento e inclusão social; 5 – qualidade de vida e expectativas futuras.

2.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

O procedimento de coleta de dados adotado nesta investigação foi de entrevista semiestruturada, com um roteiro com perguntas abertas.

Após a transcrição, na íntegra, os dados passaram por adequações e ajustes ortográficos (MANZINI, 2012; 2014). Os relatos dos profissionais na apresentação dos resultados, quando no corpo do texto, seguiram as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para citação direta de autores, no entanto, com a utilização de itálico para as falas. Utilizou-se nas transcrições, os seguintes sinais: reticências entre colchetes, para indicar supressões no início, meio e/ou final dos trechos; parênteses, para observações e comentários feitos pelas pesquisadoras; e aspas, para os momentos nos quais o participante empregou a fala de outra pessoa em sua própria fala.

Após a transcrição, os dados foram tratados a partir de seu conteúdo, com base em Bardin (2011). Para tanto, foram selecionados trechos das falas dos participantes de acordo com os eixos apresentados. Foi escolhida a análise de conteúdo do tipo categorial:

Entre as diferentes possibilidades de categorização, a investigação dos temas, ou análise temática, é rápida e eficaz na condição de se aplicar a discursos diretos (significações manifestas) e simples (BARDIN, 2011, p. 201).

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para apresentação e discussão dos dados, serão utilizadas as categorias pré-definidas no roteiro das entrevistas.

2.1 EIXO TEMÁTICO 1: CARACTERÍSTICAS PESSOAIS

Neste eixo serão abordadas as características pessoais dos participantes em relação à formação, atuação profissional e recursos necessários para a atuação. Os dados estão disponíveis no Quadro 2.

Quadro 2 – Características pessoais

PARTICIPANTE	FORMAÇÃO	ATUAÇÃO	RECURSOS
P1	Graduação em Serviço Social	Assessora técnica de incubação (Centro Municipal de Economia Solidária)	Cadeira de rodas
P2	Curso Técnico de Radialista Cursando graduação em Gestão Pública	- Radialista Assessor Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Auxiliar de Corretor de Imóveis	Braille e aplicativos/ softwares de voz para celular e computador
P3	Graduação em Gestão de Recursos Humanos Graduação em Pedagogia	Professor de Educação Básica I	Cadeira de rodas, computador com software de voz (NVDA) e uma professora assistente.

Fonte: Elaboração própria.

Observa-se que os três participantes apresentam formação específica, em nível médio (P2) ou superior (P1 e P3) e atuam em funções correlatas à área de formação.

Sobre este aspecto, infere-se que P1, P2 e P3 podem ser considerados “privilegiados”, já que estudos como o de Tanaka e Manzini (2005) apontaram que uma das dificuldades encontradas para inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho é a baixa escolaridade. De acordo com dados do Censo (BRASIL, 2010), apenas 6,66% de pessoas com deficiência têm ensino superior.

Em relação aos recursos apontados como necessários pelos três participantes, ressalta-se a importância do ambiente acessível para plena participação da pessoa com deficiência nos diferentes espaços sociais.

Observa-se que P3 elencou, além de recursos materiais, a necessidade de um recurso humano (professora assistente) para sua atuação profissional. Tal recurso, compreendido como um apoio é regulamentado na Lei 13.146 de 2015 denominada “Lei Brasileira de Inclusão”

que garante às pessoas com deficiência provisão de suportes individualizados que atendam a necessidades específicas da pessoa com deficiência.

2.2 EIXO TEMÁTICO 2: TRAJETÓRIA ESCOLAR

Neste eixo serão apresentados aspectos da trajetória escolar dos participantes desde a Educação Básica até o ingresso e permanência no curso de formação profissional. Para tanto, os dados serão dispostos nos Quadros 3 e 4, divididos com as temáticas “Educação Básica” e “Formação profissional”.

Quadro 3 – Educação Básica

PARTICIPANTE	TRECHOS DOS RELATOS
P1	<p>Eu entrei na escola com muita dificuldade, porque, hoje meus ossos não são tão mais frágeis como antes[...] eles se quebravam por qualquer coisa, e por diversas vezes eu estava escrevendo a matéria da lousa e meu dedo quebrava meu punho se deslocava. Eu estudava em uma escola particular, então, o diretor tinha muito cuidado na hora do intervalo, porque eu não poderia brincar como as demais crianças, descer no escorregador, brincar no balanço. Eu precisava de um cuidado diferenciado [...]</p> <p>Ah, a minha mãe ela é professora, então ela sempre instruiu os meus professores a terem um tratamento igual. Diferenciado somente no cuidado, mas eu sempre fui tratada de igual para igual na sala de aula [...]. Eu acredito que foi realizado de fato a inclusão na minha sala de aula, eu era tratada como os demais, eu participava dos grupos. Era só mesmo esse cuidado, para eu não me quebrar.</p>
P2	<p>Eu fui alfabetizado com 12 para 13 anos de idade período que eu já precisava do método braille e aqui ainda não tinha cursos específicos para braille. Em 1982 eu fui para uma escola comum o (parece que falta alguma coisa na frase) método braille. Eu fiz cursos supletivos para ganhar tempo. Com 14 anos então eu concluí, na época era o segundo grau.</p>
P3	<p>[...] eu estudei até o sétimo ano, que foi quando eu fiquei doente. Desenvolvi a Síndrome de Devic, aí eu tive que parar de estudar. Fiquei um tempo sem estudar e quando eu retornei aos estudos tive que fazer supletivo, a EJA. Fiz o sétimo e o oitavo ano nessa escola (EJA) e depois eu retornei no ensino médio para uma escola regular. E nessa escola, que foi onde eu já tinha estudado, eu fiz o supletivo também, que foi o primeiro, o segundo e o terceiro ano (Ensino Médio).</p>

Fonte: Elaboração própria.

De acordo com as falas dos participantes, mesmo com as dificuldades enfrentadas diariamente no contexto escolar, muitas das vezes com dores físicas, no caso da P1, todos conseguiram se desenvolver, seja na Educação Básica ou posteriormente na Educação de Jovens e Adultos. Contudo, esses relatos expressaram algumas fragilidades deste período educacional dos participantes: a formação dos profissionais, disponibilização de recursos adequados e o próprio acesso ao ensino comum.

Por outro lado, os mesmos relatos expressaram aspectos positivos como o cuidado dos profissionais com a integridade de P1, a articulação e parceria entre família e escola com a participação da mãe de P1 em seu processo de escolarização, a disponibilização, ainda que tardia, do Braille para P2 e a permanência e concretização dos estudos por P3 ainda que na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Especificamente sobre a continuidade dos estudos por pessoas com deficiência na Educação de Jovens e Adultos, Rosa e Denari (2013) descreveram uma considerável porcentagem de matrículas nesta modalidade, ressaltando assim, a existência de alguns entraves ainda em relação ao acesso e permanência deste público no ensino regular.

Quadro 4 – Formação profissional

PARTICIPANTE	TRECHOS DOS RELATOS
P1	Daí eu ingressei na faculdade em 2012 e embora seja uma faculdade que é referência na cidade, o banheiro era lá embaixo, então, muitas coisas foram se modificando no decorrer desses quatro anos de curso, a faculdade foi se adequando diante das necessidades. [...] na faculdade eu tinha uma dificuldade, por exemplo, no anfiteatro, a professora marcava uma palestra no anfiteatro que não tinha acessibilidade. Sempre foi a questão do acesso, nunca essa questão de preconceito, de diferença não, sempre o que pegou para mim foi o acesso, esse sempre foi muito restrito. Ah, quais as maiores dificuldades encontradas nesse percurso? Foi sem dúvida foi o acesso, a acessibilidade que sempre foi muito restrita, muito precária, e essa foi a maior dificuldade.
P2	Sobre as dificuldades enfrentadas, a falta de conhecimento das pessoas paracom uma pessoa com deficiência.
P3	Em relação as dificuldades na graduação (dos dois cursos?), não foram muitas, porque as duas instituições eram acessíveis, tinham rampas, tinham banheiros adaptados e em uma delas tinha piso tátil. [...] para poder da conta dos conteúdos, fazer as anotações, as provas e tudo mais eu levava meu notebook. Um notebook que tem um software de voz com adaptação. Eu ia acompanhando as aulas com os materiais que os professores deixavam disponíveis na sala de aula virtual. Então, todo o conteúdo que era trabalho na sala de aula, eu os tinha baixados no meu computador[...] Em relação as dificuldades, eu não tive tantas. Eu senti um pouco de dificuldade as vezes com o livro, com as leituras recomendadas pelos professores. Alguns livros eu busquei na internet, eu consegui baixar, mas, outros não [...].

Fonte: Elaboração própria.

Referente a formação profissional, P1 e P3 relataram dificuldades de acesso aos espaços, tendo como limitadoras as barreiras arquitetônicas dos espaços de formação, no caso as universidades. Por outro lado, as barreiras atitudinais foram relatadas na fala de P2 como a maior dificuldade enfrentada nesse período.

Sabe-se que a formação profissional de pessoas com deficiência no Brasil ainda ocorre majoritariamente em instituições especializadas e em programas segregados, o que implica em restrição de escolha, já que a maioria dos programas são voltados para o desenvolvimento de

habilidades manuais, como de artesanato. Deste modo, a primeira barreira encontrada pela pessoa com deficiência no processo de formação profissional é o acesso, visto que as opções destinadas a ela são limitadas e desconsideram a sua possibilidade de ampla escolha, como acontece com as pessoas sem deficiência.

Assim, quando a pessoa com deficiência opta por esta formação em um espaço comum, não segregado, as barreiras de acessibilidade, de caráter arquitetônico, atitudinal e/ou outros, são evidenciadas.

Sobre este aspecto, Rocha e Miranda (2009, p. 28) descrevem que:

A sociedade, no seu dia-a-dia, precisa se adaptar às necessidades das pessoas com deficiência, dividindo espaços com igualdade e, principalmente, com respeito e aceitação às diferenças. As formas limitadas como as escolas e instituições ainda atuam, têm levado parcela considerável dos alunos à exclusão, principalmente das minorias - sejam elas sociais, sexuais, de grupos étnicos ou de pessoas com deficiência. A base da inclusão consiste no conceito de que toda pessoa tem o direito à educação e que esta deve levar em conta seus interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem.

As autoras ressaltaram ainda que, embora existam avanços em relação à regulamentação de uma educação inclusiva, é preciso que as escolas e universidades passem por grandes transformações e estabeleçam medidas práticas que eliminem as barreiras que impedem ou restringem o acesso e a permanência de pessoas com deficiência nestes espaços.

2.3 EIXO TEMÁTICO 3: MERCADO DE TRABALHO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Neste eixo serão apresentados aspectos da trajetória dos participantes no mercado de trabalho, bem como a atuação profissional. Para tanto, os dados serão dispostos nos quadros 5 e 6, divididos com as temáticas “Escolha da profissão e tempo de atuação” e “Preconceito no mercado de trabalho”.

Quadro 5 – Escolha da profissão e tempo de atuação

PARTICIPANTE	TRECHOS DOS RELATOS
P1	<p>Eu escolhi o serviço social porque quando eu ficava internada tive muito contato com a assistente social [...] Por exemplo, assim, eu estou com asminhas duas pernas quebradas, a gente tinha o contato das assistentesocial e elas liberavam o carro especial para me levar, para não precisar irno carro da minha mãe sentada.</p> <p>Então, eu sempre vi a assistente social como uma pessoa boa, de fazer o bem para as demais pessoas. Por eu ter tido esse contato e como eucomecei a ter essas dificuldades com a acessibilidade, isso começou a gerar em mim também uma inquietação, uma indignação pelas relações de direito, por exemplo, então foi por isso que eu optei em ser assistentesocial. Depois que eu terminei a faculdade, eu fui convidada a assumiresse cargo de assessora e estou trabalhando no atendimento na secretaria municipal de desenvolvimento social. Eu trabalho numa incubadora pública.</p> <p>(3 anos de atuação)</p>

P2	Fiz o curso técnico de radialista no Senac, porque, entre muitas vocações e dons, eu acredito que eu fui agraciado com esse dom de comunicação, rádio e televisão, então eu resolvi me especializar na área que eu tinha uma certa facilidade para trabalhar. (20 anos de atuação)
P3	A minha primeira graduação foi tecnólogo, um curso de gestão de recursos humanos, eu gostei bastante do curso, mas eu não trabalhei na área. Depois de um ano e meio de formado eu fui fazer licenciatura em pedagogia. Eu escolhi pedagogia porque eu trabalhava em uma instituição que atende crianças e jovens com deficiência e eu dava aula para crianças com deficiência visual. (6 meses de atuação)

Fonte: Elaboração própria.

Com relação a escolha da profissão, os participantes P1 e P3 atribuíram a trajetória de vida, em função inclusive das experiências vivenciadas em função da própria deficiência. Já o participante P2 atribuiu a escolha a uma vocação pessoal, não relacionando a própria deficiência.

Ivatiuk e Yoshida (2010) ao realizar um estudo de revisão de literatura sobre a temática orientação profissional de pessoas com deficiência, observaram o restrito número de pesquisas que abordaram a escolha profissional da pessoa com deficiência.

De acordo com Valore (2008) a vocação profissional, longe de ser algo inato, é construída ao longo da vida do sujeito, a partir de suas experiências e relações com os outros. Neste contexto, observa-se que o sentido atribuído por P1 e P3 à escolha profissional está diretamente ligada às experiências de vida e suas relações sociais.

Quadro 6 – Preconceito no mercado de trabalho

PARTICIPANTE	TRECHOS DOS RELATOS
P1	[...] infelizmente, aconteceu uma situação bem chata, quando eu estava à procura de estágio na minha área fui a um CRAS, onde tinha um processo seletivo, eu participei e a assistente social me tratou de uma forma bem diferente colocando vários <i>poréns</i> . Falando “ah, mas o banheiro não é adaptado” “mas aqui tem degrau” e colocando em mim obstáculos, tanto que na entrevista ela foi bem ríspida no seu modo de tratar. Parecia que estava duvidando da minha capacidade, como se a minha deficiência de alguma forma pudesse atingir o meu profissional, sabe? E, eu fiquei muito chateada, porque eu estava me formando para ser uma profissional que ela já é. Fiquei indignada! Como eu sempre tive conhecimento dos meus direitos, eu denunciei a assistente social. Ela foi chamada a atenção pela diretoria do seu trabalho.

P2	Sim, sim, já fui tratado por um ex-gerente. Quando eu fui apresentar o meu primeiro programa de rádio, com um amigo da época que meu pai deu uma grande ajuda, ele falou que não ia chutar o cachorro por causa do dono. Teve uma outra pessoa falou que não poderia dar emprego para mim, porque ele não conseguia imaginar como uma pessoa que não enxergava podia desempenhar aquela função, porque se ele perdesse a visão naquele momento, ele não ia conseguir fazer nada na vida.
P3	Foi uma novidade, tanto para a equipe, para escola, quanto para os alunos e a comunidade escolar de modo geral. Foi uma novidade ter um professor na rede com deficiência, com duas deficiências, aliás, cadeirante e cego. No início as crianças eram tímidas, mas depois elas começaram a se soltar, porque elas viram que não tinham diferença nenhuma, que a minha deficiência era só um mero detalhe, não tinha importância nenhuma. [...] Em relação à equipe de trabalho, eu também não tive nenhum problema, inclusive, eu dei uma formação para eles também, no HTPC. Então eu não tive nenhum tipo de problema nesse sentido, nem com a equipe, nem com os pais dos alunos, e nem com os alunos, foi um trabalho sensacional.

Fonte: [Elaboração própria.](#)

Diferentemente do exposto no período da fase escolar e no processo de profissionalização, os participantes P1 e P2 relataram momentos em que vivenciaram preconceito no ambiente de trabalho. O participante P3 descreveu situações de estranhamento dos alunos no início da jornada de trabalho, mas não atribuiu a essas situações significado de discriminação e preconceito.

Ressalta-se que uma das principais barreiras para a consolidação de uma sociedade inclusiva, é a descrença na potencialidade do outro – por qualquer motivo que o caracterize como diferente - e conseqüentemente a externalização desta descrença por meio de atitudes discriminatórias e preconceituosas.

Tanaka e Manzini (2005) ao tratarem da temática de cotas para inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho inferiram que o preconceito em relação à capacidade da pessoa com deficiência para desempenhar diferentes funções, faz com que mesmo que a pessoa tenha a qualificação profissional e habilidades compatíveis com a função, acabe sendo destinada a funções menos reconhecidas.

2.4 EIXO TEMÁTICO 4: AUTOADVOCACIA, EMPODERAMENTO E INCLUSÃO SOCIAL

Neste eixo serão apresentados aspectos das concepções de autoadvocacia, empoderamento e inclusão social vivenciados pelos participantes. Para tanto, os dados serão dispostos nos quadros 7, 8 e 9.

Quadro 7 – Concepção

PARTICIPANTE	TRECHOS DOS RELATOS
P1	<p>Entendo que a autoadvocacia é um rompimento desse ciclo das impossibilidades e que possibilita uma volta para a pessoa com deficiência. O empoderamento desenvolve poder, dignidade, e principalmente a liberdade da pessoa decidir o seu próprio destino. É como se as pessoas começassem a olhar que elas são protagonistas de sua própria história.</p>
P2	<p>O primeiro ponto é a gente se reconhecer como pessoa. Não fugir da nossa realidade. Somos pessoas e temos dificuldades, temos uma deficiência. É não fugir dela e dentro dela buscar o nosso valor do jeito que nós somos e nos capacitar no dia a dia para aquilo que queremos. Empoderamento, eu vou falar o que eu sinto, tá? Eu acho assim, não sou eu quem me dá o poder, o poder, na minha opinião, a graça, vem de Deus. Deus não desampara, nenhum daqueles que são seus. [...] acho que a melhor maneira de se empoderar é saber que nós somos filhos de Deus e estamos aqui para cumprir uma missão, independentemente da situação que estamos.</p>
P3	<p>Eu entendo que são dois conceitos diferentes, mas que estão interligados. O empoderamento eu acredito que é a capacidade que o ser humano tem de viver de acordo com os seus ideais, com os seus valores. É viver de acordo com aquilo que você acredita e não com aquilo que a sociedade impõe para você. Por exemplo, a gente sabe que as pessoas com deficiências viveram muito tempo fora da sociedade, então, você se empoderar é viver aquilo que é o seu ideal, mesmo você tendo uma deficiência ou sendo excluído ou reprimido. E a autoadvocacia eu entendo que é você se empoderar daquele seu ideal e lutar por isso. [...] eu entendo que você precisa estudar aquilo que você quer lutar, aquilo que você quer buscar. Você precisa primeiramente ter um conhecimento sobre aquilo e você lutar por meio de leis, de conselhos e de reuniões. Então, é você buscar esse seu ideal, mas por um meio legal, um meio honesto, um meio que você não saia /.../ dos seus valores, daquilo que você acredita, dos valores morais e da ética.</p>

Fonte: Elaboração própria.

Todos os participantes demonstraram nesse eixo uma concepção adequada dos conceitos questionados, considerando-os como os verdadeiros protagonistas de suas próprias histórias, independente das crenças que norteiam essas concepções.

Vale ressaltar que para Dantas (2014), compreender o conceito de empoderamento, possibilita entender a obtenção de poder individual ou coletivo, ao ser mediado por uma educação libertadora e conscientizadora, tornando o sujeito “apropriados de si, capazes de questionar a normalidade, a legitimidade do tratamento inferiorizado e a cultura que o incapacita. (DANTAS, 2014, p.20).

Quadro 8 – Autorreconhecimento

PARTICIPANTE	TRECHOS DOS RELATOS
P1	Eu sempre tenho defendido a causa da pessoa com deficiência, porque historicamente a pessoa com deficiência ela vem sendo excluída. Eu me lembro que os médicos sempre falavam para mim /.../ que eu sempre ia ser uma bebezinha /.../ uma pessoa que deveria sempre ser cuidada por alguém, por uma outra pessoa. E hoje eu quero mostrar que não, que eu posso ser aquilo que eu quiser, eu ajo com responsabilidade comigo mesma.
P2	[...] nada acontece por acaso, basta apenas a gente saber o que vai fazer da missão que foi confiada na gente. Uns tem a missão de receber uma determinada situação e receber a libertação daquilo, o outro é conviver com aquilo, com aquela situação, mas não se entregar.
P3	Eu acredito sim que eu sou um autodefensor das pessoas com deficiência, até porque eu também tenho uma deficiência, mas não só por isso. Eu já estudei muito a respeito da história da pessoa com deficiência então eu sei o que é que as pessoas que têm algum tipo de deficiência já passaram e o que passam atualmente, porque eu vivo na pele. A gente tem que provar a todo momento que você tem o potencial, que você pode trabalhar e que você pode estudar, que existe um ser humano antes da deficiência. Então eu luto pelos nossos direitos sim e eu defendo esses nossos direitos, porque nós somos cidadãos iguais as outras pessoas, não existe nenhuma diferença. A deficiência não nos faz ser diferentes dos outros, o olhar tem que ser para a pessoa, para o ser humano e não para a deficiência que ela tem.

Fonte: Elaboração própria.

Observa-se neste eixo alguns fatores que merecem destaque, a saber: o auto reconhecimento enquanto sujeito, no qual a deficiência é uma característica como outras que o constitui, mas não como a sua própria definição de ser; a superação diante do olhar e concepção dos outros; e a deficiência como impulso para um enfrentamento social. Sabe-se que atualmente, tais concepções têm emergido nos diferentes contextos sociais e por meio da participação ativa de pessoas com deficiência, colaborado para a transformação de paradigmas.

Cordeiro (2009) ao estudar a temática deficiência e movimentos sociais, destacou que a participação das pessoas com deficiência em movimentos sociais, como o “Movimento Vida Independente”, contribui para uma nova forma de compreender a deficiência, na qual as pessoas independem de suas condições, buscam ser reconhecidos como atores sociais, participantes ativos da sociedade e responsáveis pelo controle de suas vidas.

Quadro 9 – Perspectivas para inclusão

PARTICIPANTE	TRECHOS DOS RELATOS
P1	Eu acredito que as melhores formas de propiciar inclusão da pessoa com deficiência, tanto no meio escolar e no profissional é dele se sentir pertencente como um todo. O que eu observo é que muitas vezes o preconceito não está nas demais pessoas, está no próprio deficiente. Ele que se sente o extraterrestre, ele que sente não pertencente daquele meio. Então eu sempre falo, eu sempre falo que a inclusão está sendo feita num local quando o deficiente passa despercebido.
P2	O primeiro ponto é a pessoa querer, ela querer se incluir. Quando ela quer, partindo do “agora estou aqui, tenho que cumprir esta missão, esse chamado, eu não vou me acovardar, eu não vou ter medo, eu vou enfrentar”. Segundo ponto, quando a família também recebe estabilidade de que quem está ali com direito de viver, direito de ser alguém na vida, porque dessa maneira nós vamos romper os preconceitos, romper as barreiras que vem da sociedade. Agora quando a pessoa não quer, se a pessoa pára no meio do caminho, a inclusão fica muito difícil.
P3	Primeiramente é quebrar essa questão de preconceito. O seu olhar tem que ser para pessoa como um ser humano, com o potencial que ela teme você explorar esse potencial [...]. É não olhar para deficiência em si, para aquilo que ela não consegue fazer, para a incapacidade, o olhar tem que ser sempre para o potencial e para o ser humano que existe ali antes da deficiência. Eu acredito também que são necessárias adaptações no ambiente de trabalho, rampas, adaptações no banheiro. A inclusão vai acontecer de acordo com a deficiência daquela pessoa, então não tem um meio certo, um meio específico, vai ser de acordo com a deficiência da pessoa. E tem uma coisa muito simples que eu falo sempre, é o profissional que vai lidar diretamente com essa pessoa, a equipe que vai lidar diretamente com essa pessoa com deficiência. É preciso perguntar para ela “como eu posso te ajudar” e a pessoa com deficiência vai falar para você “olha eu preciso de tal recurso para fazer tal coisa” “eu preciso de uma rampa de acesso aqui” “eu preciso de uma adaptação no banheiro”.

Fonte: elaboração própria.

Concernente à inclusão de modo geral, os participantes expressaram as seguintes perspectivas: desejo individual da pessoa com deficiência em ocupar os espaços sociais; autoaceitação e acessibilidade, especialmente a arquitetônica.

P3 destacou a importância da participação da pessoa com deficiência nas tomadas de decisões, inclusive para adaptação ou adequação do espaço e dos recursos. Mais uma vez, ressalta-se a potencialidade da pessoa com deficiência, como sujeito autônomo e não deliberadamente passivo às decisões de outros.

3.5 EIXO TEMÁTICO 5: QUALIDADE DE VIDA E EXPECTATIVAS FUTURAS

Neste eixo serão apresentados nos próximos quadros, os aspectos da qualidade de vida e as expectativas futuras dos participantes.

Quadro 10 – Expectativas futuras

PARTICIPANTE	TRECHOS DOS RELATOS
P1	Tenho conquistado aos poucos. Hoje já tenho meu próprio apartamento e estou em processo de habilitação. Meu desejo pessoal é comprar um carrozero, fazer uso dos míseros descontos que tenho quanto PCD. Acredito que assim terei mais liberdade e independência. Casar e constituir uma família e crescer profissionalmente sempre me qualificando para melhor contribuir com o bom desempenho da minha profissão.
P2	Eu acho que faltam algumas coisas ainda na minha vida. Conquistei uma família maravilhosa, ter a luta do dia a dia, tenho mulher e filha, educar uma filha, ser tratado pela minha esposa de igual para igual, são conquistas. Poder sonhar, planejar, o sonho da casa própria, o sonho do carro, a viagem em família. Tudo isso são conquistas que a gente tem.
P3	Eu tenho uma, uma ambição muito grande, de continuar os meus estudos na área da pedagogia, principalmente na área da Educação Especial, então eu pretendo fazer um mestrado. [...] Essa é a minha ambição, fazer um mestrado na área de Educação Especial e estudar a minha prática, a prática do professor com deficiência na sala de aula. Fazer uma pesquisa se existem mais professores, como que eles fazem dentro da sala de aula, se os mesmos métodos e recursos que eles utilizam são os mesmos que eu utilizo na sala de aula durante as aulas. [...] Seria interessante fazer uma pesquisa dos professores com deficiência visual na área da educação. Seria bem bacana. Essa é a minha ambição, não sei se ainda eu vou conseguir esse ano, porque eu preciso estudar bastante, fazer inglês. Já vou começar inglês o mês que vem. E minha ambição pessoal é terminar a reforma do meu apartamento esse ano, deixá-lo de acordo com o que eu tenho em mente para o meu conforto e no final do ano que vem comprar uma casa. E também me casar, construir uma família, ter uma vida comum, como a de qualquer outra pessoa. Eu sempre quis ter filhos, uma esposa e acho que tudo se encaminha para isso. Já estou deixando tudo organizado, minha casa organizada, tenho um bom emprego, estou estudando, fazendo alguns cursos de formação para que isso agregue no meu salário, para que eu tenha uma renda relativamente boa para conseguir manter uma casa e cuidar da minha saúde.

Fonte: Elaboração própria.

Além de tecerem sugestões e considerações apresentadas no eixo anterior e no atual sobre como repensar os processos de inclusão, os participantes apresentaram que independente da trajetória muitas vezes marcadas por dificuldades e enfrentamentos em virtude da deficiência, tiveram condições de desenvolvimento e conquistas ao longo da vida. As expectativas futuras expressaram sonhos e ambições comuns a qualquer sujeito, o que reforça a discussão tecida

em todo o capítulo: a deficiência em si não é o que define a trajetória e as perspectivas de uma pessoa, mas as condições de acesso, permanência e desenvolvimento nos diferentes âmbitos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com as vivências relatadas foi possível observar a participação ativa das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, rompendo com o entendimento de incapacidade e a, conseqüente, segregação desses sujeitos.

Entende-se que empoderamento e a autoadvocacia não se trata de um processo natural, em que a pessoa com deficiência aprende sozinha a questionar a sua condição social e administrar por si só as suas escolhas, pelo contrário, é um processo que passa pelo trabalho intencional de emancipação do homem, mediante a incorporação cultura humana constituída ao longo da história pelo do sujeito.

Além disso, não pode ser descartado o papel fundamental que a educação possui para que os as pessoas com deficiência superem as limitações orgânicas e se tornem sujeitos sociais. Dessa forma, para Martins (2012), a educação é um processo do qual não se pode suprimir do desenvolvimento humano, pois constitui-se como requisito fundamental para aquisição dos atributos basilares do desenvolvimento dos sujeitos, como conhecimento, costumes, significações etc.

Importante ainda salientar que as pessoas com deficiência, sujeitos desta pesquisa, não ficaram acomodadas em suas situações, tão pouco aceitaram certas imposições sociais que as sobrepuseram no decorrer de sua trajetória, fizeram-se personagem principal de sua própria história. Ainda, o ser sujeito decisivo de sua vida, autoconhecendo suas capacidades, sua condição e assumir-se merecedor de suas expectativas, anseios e fazer ser real as oportunidades, foram destacados como sendo um dos principais fatores para a inclusão, estando esta decisão focada na pessoa com deficiência também, e não somente em atitudes passivas dos outros.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. 6. ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

CORDEIRO, M. P. Ativismo e deficiência: um estudo sobre os repertórios que dão sentido à vida independente. *Psicol. rev.*, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 114-131, ago. 2009.

DANTAS, T. C., *Estudo da autoadvocacia e do empoderamento de pessoa com deficiência no Brasil e no Canadá*. 2014. 237f. (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

DUARTE, N. A historicidade do ser humano e o esvaziamento da individualidade na sociedade capitalista. In. DUARTE, N. *Vygotsky e o "aprender a aprender"* – crítica às apropriações neoliberais pós-modernas da teoria Vygotskyana. 2a ed. Campinas: Editora Autores Associados, 2001.

IVATIUK, A. L.; YOSHIDA, E. M. P. Orientação profissional de pessoas com deficiências: Revisão de literatura (2000-2009). *Rev. bras. orientac. prof.*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 95-106, jun. 2010.

MANZINI, E. J. *Considerações sobre a transcrição de entrevistas*. São Carlos, SP: UFSCar/ONEESP.2014. Disponível em: <http://www.oneesp.ufscar.br/texto_orientacao_transcricao_entrevista>.

- MANZINI, E. J. Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um programa de pós-graduação em educação. *Revista Percurso – NEMO*, Maringá, v. 4, n. 2, p. 149- 171, 2012.
- MANZINI, E. J. Considerações sobre elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. (In) Maria Cristina Marquezine, Maria Amélia de Almeida, Sadao Omote (orgs.). Colóquios sobre pesquisa em educação especial. Londrina. Eduel, 2003, p. 11-25.
- MARTINS, L.M. Da formação humana em Marx à crítica da pedagogia das competências. In: DUARTE, N. (org). *Crítica ao Fetichismo da Individualidade*. Campinas: Autores Associados, 2012.P.223.
- MOTA ROCHA, R. S.; OLIVEIRA, C. M. L. Educação inclusiva em curso: ganhos, desafios e perspectivas para a educar contra a barbárie na escola pública. Anais III CINTED. Editora Realize, V.1, 2018, ISSN 2359-2915, Campina Grande, PB.http://www.editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO_EV110_MD1_SA6_ID1195_11072018165839.pdf. Acessado em maio de 2019.
- ROCHA, T. B.; MIRANDA, T. G. A inclusão de alunos com deficiência no ensino superior: uma análise de seu acesso e permanência. In: DÍAZ, F., et al., orgs. *Educação inclusiva, deficiência e contextosocial: questões contemporâneas* [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 27-37.
- ROSA, F. D.; DENARI, F. E. Trabalho, educação e família: perspectivas para a pessoa com deficiência intelectual. *Revista Educação Especial* | v. 26 | n. 45, | p. 73-90| jan./abr. 2013.
- TANAKA, E. D. O.; MANZINI, E. J. O que os empregadores pensam sobre o trabalho da pessoa com deficiência? *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, Mai. -Ago. 2005, v.11, n.2, p.273-294.
- VALORE, L. A. A problemática da escolha profissional: a possibilidades e compromissos da ação psicológica. In SILVEIRA, AF., et al., org. *Cidadania e participação social* [online]. Rio de Janeiro:Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 66-76.

